



PREFEITURA VÁRZEA GRANDE-MT

Técnico de Desenvolvimento Educacional: Técnico de Desenvolvimento Infantil, Técnico de Desenvolvimento Educacional Especializado

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção.....	2
Domínio da ortografia oficial.....	5
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	7
Emprego de tempos e modos verbais. Emprego das classes de palavras.....	9
Domínio da estrutura morfosintática do período.....	15
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	18
Emprego dos sinais de pontuação.....	25
Concordância verbal e nominal.....	30
Regência verbal e nominal.....	32
Emprego do sinal indicativo de crase.....	34
Colocação dos pronomes átonos.....	35
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	37
Significação das palavras.....	39
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	40
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	41
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	41
Exercícios.....	41
Gabarito.....	62

RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio lógico numérico: Resolução de problemas envolvendo números reais. Conjuntos. Porcentagem. Médias. Sequências e padrões (com números, figuras ou palavras).....	1
Raciocínio Lógico: Proposições. Conectivos. Negação. Tabela-verdade. Equivalência e implicação lógica. Argumentação lógica. Estruturas Lógicas. Condição necessária e suficiente.....	3

SUMÁRIO



Problemas de contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos. Combinações. Permutações	14
Noções de probabilidade	18
Exercícios	20
Gabarito	27

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei Orgânica Do Município De Várzea Grande/MT	1
Lei Complementar Nº 3.797, de 08 de agosto de 2012 (Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Escolar Básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Várzea Grande e dá outras providências)	43
Lei nº 1.164, de 20 de novembro de 1991 (Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras providências)	73
Ética, organização e cidadania	105
Exercícios	108
Gabarito	111

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Função social da escola	1
tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira; teorias e tendências atuais	3
interdisciplinaridade	11
didática e metodologia do ensino na educação infantil	11
psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem; desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança	12
pedagogia da infância	35
estatuto da criança e do adolescente - ECA; direitos da infância	36
desenvolvimento da linguagem verbal, corporal e escrita das crianças	100
manifestações e tradições culturais locais e nacionais	117
literatura infantil brasileira	119
conceitos específicos das áreas de linguagem, ciências sociais, ciências da natureza e matemática com foco na vivência infantil e construção da sua autonomia	121
projeto político pedagógico - princípios e finalidades	122
os diferentes planejamentos no contexto escolar	132
a formação do pensamento lógico-matemático da criança	146
a política de educação infantil da rede municipal de ensino de Várzea Grande/MT	150
Base Nacional Comum Curricular da educação infantil	151
as diretrizes nacionais da educação infantil	205

SUMÁRIO



Conhecimentos em primeiros socorros, Abordagem da Vítima, Análise de Cenários, Análise Primária, Análise Secundária, Liberação de Vias Aéreas e Desobstrução, Estado de Choque, Convulsões, AVE, Infartos, Ferimentos e Hemorragia, Fraturas e Imobilização, Queimaduras, Engasgamento, Emergências Clínicas, Manobras de Reanimação.....	209
Constituição da República Federativa do Brasil/1988, em seu Art. 208, Inciso III e Art. 227, Inciso II;	220
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.034 de 20/12/1996, em seu Capítulo V, que trata da Educação Especial;.....	221
Declaração Universal do Direito das Crianças	222
Lei nº 8069/90-Estatuto da Criança e do Adolescente	224
Decreto nº 6.949, de 25/08/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007	224
Lei nº13. 146/2015- Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	246
Lei nº 12.764/2012-Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	277
Resolução nº04/2009/CNE/CEB - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado	279
Decreto nº 7611/2011- Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado	282
Resolução nº. 001/2012-CEE/MT	284
Concepção de Educação Inclusiva	290
Estratégias para atuar com estudantes com TEA, transtornos globais do desenvolvimento, microcefalia	292
Concepção de deficiência, síndromes e/ou transtorno	294
Ética Profissional.....	315
Exercícios	319
Gabarito.....	326

SUMÁRIO



Tipos e gêneros textuais

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Eles apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza. Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.

- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.

- A noção temporal é normalmente estática.

- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.

- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.

- Os gêneros descritivos mais comuns são estes: manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada

Não tinha teto, não tinha nada

Ninguém podia entrar nela, não

Porque na casa não tinha chão

Ninguém podia dormir na rede

Porque na casa não tinha parede

Ninguém podia fazer pipi

Porque penico não tinha ali

Mas era feita com muito esmero

Na rua dos bobos, número zero

(Vinícius de Moraes)

Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis diversas).



A resolução de problemas envolve a aplicação de uma variedade de recursos matemáticos, sendo que os princípios algébricos se destacam como uma parte fundamental desse processo. Esses princípios são classificados de acordo com a complexidade e a abordagem dos conteúdos.

A prática constante na resolução de questões desse tipo é o que proporciona o desenvolvimento de habilidades cada vez maiores para enfrentar problemas dessa natureza.

Exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de : } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (SEGPLAN/GO – Perito Criminal – FUNIVERSA/2015) Suponha que, dos 250 candidatos selecionados ao cargo de perito criminal:

- 1) 80 sejam formados em Física;
- 2) 90 sejam formados em Biologia;
- 3) 55 sejam formados em Química;
- 4) 32 sejam formados em Biologia e Física;
- 5) 23 sejam formados em Química e Física;
- 6) 16 sejam formados em Biologia e Química;



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VARZEA GRANDE/MT.

PREÂMBULO

Nós, Vereadores com assento no parlamento municipal de Várzea Grande, representando o laborioso povo varzeagrandense, investidos dos poderes organizacionais, preceituado pelo artigo 29 da Carta Magna e pelo artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, no firme propósito de assegurar o pleno exercício dos direitos sociais e a valorização do ser humano com o exercício democrático em sua plenitude e com o legítimo empenho, no sentido de concretizar o soerguimento de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, invocando a proteção divina aprovamos e promulgamos a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE.

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O município de Várzea Grande é uma unidade territorial que integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil, com circunscrição no território do Estado de Mato Grosso, estabelecido em lei, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia reconhecida pelas Constituições Federal e Estadual e ainda por esta Lei.

Art. 2º O município é governado pela Câmara Municipal e pelo Prefeito, todos eleitos pelo voto.

Art. 3º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. São símbolos do Município a bandeira, o hino e o brasão municipal, representativos de sua cultura e história.

Art. 4º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 5º A sede do município de Várzea Grande é a cidade de Várzea Grande.

SEÇÃO II

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 6º O município poderá ser dividido para fins administrativos, além dos distritos já existentes e criados por lei, em outros, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a Legislação Estadual e o atendimento dos requisitos estabelecidos por esta Lei.

§1º A criação de distrito poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais distritos, que serão suprimidos, sendo dispensadas, nessa hipótese, a verificação dos requisitos desta Lei Orgânica.

§2º A extinção de distrito somente efetuar-se-á mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§3º O distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria, ao ser criada será a de vila.

Art. 7º São requisitos para a criação de distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte para a criação de município;



Conhecimentos Específicos

Tomando como base o texto Escola e professor: função social de Maria Fani Scheibel e Christiane Martinatti Maia, pretendo responder aqui a alguns questionamentos levantados pelas autoras como O que é necessário saber sobre a escola? Qual sua função? A quais propósitos as escolas servem ou devem servir? Quais conhecimentos são mais relevantes? Como são priorizados esses conhecimentos? Quais as formas de conhecimento e quem deve ter acesso a elas? O que significa conhecer algo? Como a escola se insere na comunidade? Esses elementos terão implicações diretas na organização da escola, das práticas escolares (sala de aula), no currículo e no ensino?

Entendo que é de fundamental importância termos claro qual a função social da escola na sociedade contemporânea para podermos, como professores, definirmos a nossa prática pedagógica em consonância com a função dessa escola. Portanto, é necessário que a mesma tenha um Projeto Político Pedagógico explicitando como ela é, que identidade quer construir e como executar as ações definidas pela comunidade escolar.

Sendo assim, pode-se dizer que a escola é uma organização cuja função se encontra na necessidade de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais: O seu papel é difundir a sabedoria e esta é necessária para o funcionamento da sociedade. Reduz a ignorância e, por isso, permite que os indivíduos tenham uma conduta esclarecida. Assegura o ajustamento profissional, pois qualquer profissão requer uma quantidade considerável de conhecimentos.

A escola é o meio social em que alunos e professores interagem na construção do saber. Agir nela é também agir sobre os atores escolares e elementos simbólicos que a constituem, e isso requer entendimento dos processos que nela ou com ela decorrem e das finalidades que lhe são socialmente cometidas. A escola muda na medida em que é compelida a mudar pela necessidade da função social que exerce, em ritmos, circunstâncias e elementos que se tornam difíceis de identificar e integrar.

O professor é ator decisivo na sua condução e é também sua a necessidade de interpretar os fenômenos com o rigor conseguido na reflexão cientificamente fundada. Assim, ela deve proporcionar a cada indivíduo a socialização dos primeiros valores partilhados na comunidade, princípios de significação coletiva que permitem a circulação, troca e compreensão das informações inerentes e necessárias ao funcionamento do sistema social.

Para as autoras, isso significa que sua função social “é ajudar a realizar o processo de construção do conhecimento, cujo ponto de partida sempre é uma visão global, difusa, que funcionará como uma oportunidade de o professor contextualizar o ensino, isto é, buscar com o aluno e no aluno os conhecimentos prévios que este tem sobre o tema enfocado (contextualização/ problematização).”

Devemos, deste modo, entender a escola e o conjunto de conhecimentos que ministra como elementos funcionais da cultura que a legitima, fruto e co-constutora de um aparelho simbólico de que toda a ação social se inspira. A complexificação crescente da realidade social (e as necessidades que determina) vem fazendo com que, ao longo dos tempos, a escola venha evoluindo também, tendo a sua existência tomado forte sentido a partir do momento em que, há quatro milênios, a humanidade inventou a escrita e assim a necessidade de ensiná-la.

Portanto, para cumprir sua função social, a escola precisa considerar as práticas culturais, sociais, políticas e econômicas, entre outras, que perpassam nossa sociedade.

No Brasil, aos poucos vem sendo dado à devida importância à escola, e a sua função educativa. Estamos vendo sua expansão gradual acompanhada das necessidades instrumentais de produção social expressas curricularmente nos saberes úteis como ler, escrever e contar, elementos privilegiados nas práticas escolares nas séries iniciais do ensino fundamental e decisivos para o prosseguimento dos estudos. Porém, outros valores que a escola elege refletem a dificuldade em corresponder aos requisitos das mudanças sociais.

Ainda estamos a passos lentos rumo a uma transformação correspondente com valores sociais da democracia e da cidadania. Na realidade, a escola continua a ser gerida por professores que são, bem ou mal, preparados para ensinar e que, pouco a pouco, tentam integrar os saberes necessários à função social da escola. Ainda estamos marcados por um imobilismo, fruto da simplicidade e constância dos processos que são utilizados para o ensino comprometendo as aprendizagens dos alunos.

Portanto, se faz necessário e urgente a responsabilização dos vários atores para com a realidade social que integram, e devem transformá-la. Assim, deve ser introduzidas nos currículos experiências de aprendizagem mais efetivas que proporcionem situações de participação dos alunos em “projetos coletivos de interesse da escola e da comunidade.